



ESAF

**CONCURSO PÚBLICO PARA AUDITOR-FISCAL DA
RECEITA FEDERAL - AFRF - 2003****GABARITOS** (antes dos recursos)

Prova 2 - Comum a todas as áreas (aplicada em 30/11/2003 - DOMINGO - TARDE)					
01 - C	11 - B	21 - C	31 - E	41 - D	51 - A
02 - C	12 - A	22 - A	32 - D	42 - E	52 - D
03 - B	13 - E	23 - A	33 - B	43 - A	53 - E
04 - B	14 - C	24 - B	34 - A	44 - C	54 - C
05 - D	15 - A	25 - C	35 - B	45 - B	55 - B
06 - E	16 - C	26 - A	36 - E	46 - C	56 - A
07 - A	17 - D	27 - D	37 - E	47 - E	57 - D
08 - E	18 - A	28 - B	38 - C	48 - B	58 - E
09 - B	19 - E	29 - E	39 - D	49 - A	59 - C
10 - D	20 - D	30 - D	40 - C	50 - D	60 - B

Prova 3 - (aplicada em 29/11/2003 - SÁBADO)

Área: Auditoria						Área: Aduana					
01 - E	11 - D	21 - E	31 - B	41 - C	51 - B	01 - E	11 - B	21 - C	31 - A	41 - A	51 - B
02 - B	12 - A	22 - C	32 - A	42 - E	52 - E	02 - D	12 - D	22 - E	32 - E	42 - D	52 - D
03 - D	13 - B	23 - A	33 - D	43 - B	53 - C	03 - B	13 - A	23 - C	33 - C	43 - B	53 - C
04 - A	14 - E	24 - E	34 - C	44 - D	54 - A	04 - E	14 - C	24 - D	34 - A	44 - C	54 - E
05 - C	15 - C	25 - B	35 - E	45 - C	55 - E	05 - A	15 - E	25 - E	35 - C	45 - D	55 - A
06 - D	16 - A	26 - D	36 - D	46 - A	56 - C	06 - C	16 - C	26 - A	36 - C	46 - E	56 - D
07 - E	17 - E	27 - B	37 - A	47 - B	57 - A	07 - B	17 - A	27 - B	37 - A	47 - B	57 - C
08 - A	18 - C	28 - D	38 - D	48 - D	58 - E	08 - D	18 - E	28 - D	38 - B	48 - D	58 - E
09 - C	19 - B	29 - A	39 - B	49 - C	59 - D	09 - B	19 - D	29 - B	39 - B	49 - B	59 - E
10 - B	20 - D	30 - C	40 - E	50 - A	60 - B	10 - A	20 - C	30 - A	40 - E	50 - A	60 - D

Área: Pol. e Administração Tributária					
01 - E	11 - D	21 - E	31 - C	41 - A	51 - E
02 - C	12 - B	22 - A	32 - E	42 - B	52 - B
03 - B	13 - D	23 - B	33 - A	43 - E	53 - D
04 - A	14 - C	24 - A	34 - D	44 - D	54 - A
05 - C	15 - E	25 - C	35 - B	45 - C	55 - E
06 - A	16 - A	26 - D	36 - C	46 - D	56 - C
07 - D	17 - A	27 - B	37 - E	47 - C	57 - A
08 - B	18 - E	28 - E	38 - B	48 - A	58 - B
09 - E	19 - C	29 - D	39 - C	49 - D	59 - D
10 - D	20 - B	30 - C	40 - E	50 - B	60 - A



Escola de Administração
Fazendária

CONCURSO PÚBLICO
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
2003

Auditor-Fiscal da Receita Federal

P.2

INSTRUÇÕES

Nome: _____ Nº Inscrição: _____

- 1 - Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2 - O CARTÃO DE RESPOSTAS não será substituído e deve ser assinado no seu verso.
- 3 - **DURAÇÃO DA PROVA: 4h30min**, incluído o tempo para preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 4 - Neste caderno, as questões estão numeradas de **01 a 60**, seguindo-se a cada uma 5 (cinco) opções (respostas), precedidas das letras **a, b, c, d e e**.
- 5 - No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), **toda a área correspondente à opção de sua escolha**, sem ultrapassar seus limites.
- 6 - Não amasse nem dobre o CARTÃO DE RESPOSTAS; evite usar borracha.
- 7 - Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção.
- 8 - Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois qualquer reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão não será aceita depois de iniciada a prova.
- 9 - Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 10 - Por motivo de segurança, somente durante os **trinta minutos que antecedem o término da prova**, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.9 do edital.
- 11 - Entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala, quando de sua saída, que não poderá ocorrer antes de decorrida uma hora do início da prova; a não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
- 12 - Este caderno de prova está assim constituído:

Disciplinas	Questões	Peso
Contabilidade Geral	01 a 20	2
Direito Tributário e Sistema Tributário Nacional	21 a 40	
Direito Constitucional e Direito Administrativo	41 a 60	

Boa Prova !

CONTABILIDADE GERAL

01- Quando o Contador registra, no fim do exercício, uma variação cambial para atualizar a dívida em moeda estrangeira; quando faz provisão para crédito de liquidação duvidosa; ou quando faz um lançamento de ajuste do estoque ao preço de mercado está apenas:

- a) cumprindo a sua obrigação profissional.
- b) executando o regime contábil de competência.
- c) cumprindo o princípio fundamental da prudência.
- d) satisfazendo o princípio fundamental da entidade.
- e) seguindo a convenção do conservadorismo.

02- No sistema contábil abaixo apresentado só faltou anotar as despesas incorridas no período. Todavia, considerando as regras do método das partidas dobradas, podemos calcular o valor dessas despesas.

<u>Componentes</u>	<u>valores</u>
Capital	R\$ 1.300,00
Receitas	R\$ 1.000,00
Dívidas	R\$ 1.800,00
Dinheiro	R\$ 1.100,00
Clientes	R\$ 1.200,00
Fornecedores	R\$ 1.350,00
Prejuízos Anteriores	R\$ 400,00
Máquinas	R\$ 1.950,00

Com base nos elementos apresentados, pode-se afirmar que o valor das despesas foi

- a) R\$ 200,00
- b) R\$ 400,00
- c) R\$ 800,00
- d) R\$ 1.200,00
- e) R\$ 1.400,00

03- A Nossa Empresa comprou vários objetos por sete mil reais, mas só pagou metade na hora, deixando o restante para pagar um mês depois, o que fez com desconto de vinte por cento.

Os empregados dessa empresa recebem apenas duzentos e trinta reais de comissões, mas pagam oitenta reais de refeições feitas na própria empresa.

Como essa firma começou a operar com um capital de apenas dois mil reais, podemos dizer que agora ela só possui capital próprio de:

- a) R\$ 2.000,00
- b) R\$ 2.550,00
- c) R\$ 6.300,00
- d) R\$ 7.000,00
- e) R\$ 7.550,00

04- A empresa de Comércio Geral apresenta, em 30 de setembro, o balancete abaixo descrito:

<u>C o n t a s</u>	<u>s a l d o s</u>
Ações de Outras Companhias	R\$ 1.500,00
Bancos conta Movimento	R\$ 2.000,00
Capital Social	R\$ 8.500,00
Clientes	R\$ 2.500,00
Custo das Mercadorias Vendidas	R\$ 1.700,00
Duplicatas a Pagar	R\$ 3.700,00
Duplicatas a Receber	R\$ 1.400,00
Duplicatas descontadas	R\$ 1.100,00
Duplicatas protestadas	R\$ 1.000,00
Empréstimos Concedidos	R\$ 1.300,00
Fornecedores	R\$ 2.900,00
Insubsistências Passivas	R\$ 900,00
Juros Passivos	R\$ 600,00
Mercadorias	R\$ 3.800,00
Móveis e utensílios	R\$ 5.200,00
Prejuízos Acumulados	R\$ 100,00
Provisão p/ Perdas em Investimentos	R\$ 300,00
Provisão para Imposto de Renda	R\$ 700,00
Receitas Antecipadas	R\$ 400,00
Reserva de Reavaliação	R\$ 800,00
Receitas de Vendas	R\$ 2.000,00
Serviços Prestados	R\$ 1.600,00

Se fosse elaborar o Balanço Patrimonial nessa data, com esses valores, o Contador, certamente, apuraria:

- a) ativo total no valor de R\$ 17.600,00
- b) passivo exigível no valor de R\$ 7.300,00
- c) patrimônio líquido no valor de R\$ 10.000,00
- d) ativo circulante no valor de R\$ 9.900,00
- e) lucro líquido no valor de R\$ 300,00

05- Eis aí as contas extraídas do balancete de verificação da empresa Emenes Ltda., em 31.12.2002:

<u>Componentes</u>	<u>valores</u>
Aluguéis Ativos	R\$ 900,00
Adiantamento a Fornecedores	R\$ 1.000,00
Caixa e Bancos	R\$ 1.200,00
Capital Social	R\$ 3.000,00
Clientes	R\$ 1.500,00
Contas a Pagar	R\$ 2.400,00
Custo da Mercadoria Vendida	R\$ 300,00
Depreciação Acumulada	R\$ 650,00
Descontos Concedidos	R\$ 340,00
Descontos Obtidos	R\$ 220,00
Duplicatas a Receber	R\$ 1.600,00
Duplicatas Descontadas	R\$ 1.350,00
Empréstimos Obtidos	R\$ 1.040,00
Fornecedores	R\$ 2.100,00
Insubsistência Ativa	R\$ 160,00
Impostos	R\$ 280,00
Impostos a Recolher	R\$ 450,00
Juros Passivos	R\$ 120,00
Máquinas e Equipamentos	R\$ 2.010,00
Mercadorias	R\$ 1.380,00
Móveis e Utensílios	R\$ 2.250,00
Prejuízos Acumulados	R\$ 900,00
Provisão p/ Devedores Duvidosos	R\$ 400,00
Provisão p/ Imposto de Renda	R\$ 200,00
Receitas de Serviços	R\$ 300,00
Receitas de Vendas	R\$ 260,00
Reserva de Reavaliação	R\$ 1.000,00
Reserva Legal	R\$ 840,00
Salários	R\$ 750,00
Salários a Pagar	R\$ 180,00
Seguros	R\$ 90,00
Superveniências Passivas	R\$ 80,00
Veículos	R\$ 1.850,00

Com base nas contas e saldos acima, podemos dizer que, mesmo o balancete de verificação não estando fechado corretamente, ele apresenta:

a) Ativo no valor de R\$ 12.790,00

06- Na microempresa do meu Tio, no mês de outubro, os salários somados às horas-extras montaram a R\$ 20.000,00. Os encargos de Previdência Social foram calculados em 11%, a parte do segurado, e em 22%, a parcela patronal.

Ao contabilizar a folha de pagamento, o Contador deverá fazer o seguinte registro:

a)	Salários e Ordenados a Salários a Pagar	20.000,00
	Previdência Social a Previdência Social a Recolher	6.600,00
b)	Salários e Ordenados a Salários a Pagar	17.800,00
	Previdência Social a Previdência Social a Recolher	6.600,00
c)	Salários e Ordenados a Salários a Pagar	17.800,00
	Previdência Social a Previdência Social a Recolher	4.400,00
d)	Salários e Ordenados a Salários a Pagar	17.800,00
	Salários a Pagar a Previdência Social a Recolher	2.200,00
	Previdência Social a Previdência Social a Recolher	4.400,00
e)	Salários e Ordenados a Salários a Pagar	20.000,00
	Salários a Pagar a Previdência Social a Recolher	2.200,00
	Previdência Social a Previdência Social a Recolher	4.400,00

07- Temos como tarefa observar o Patrimônio Líquido das empresas Hexa Comercial e Hepta Comercial, em 31.12.02, no qual podemos verificar os seguintes elementos:

Rubrica	empresa Hexa	empresa Hepta
Capital social	R\$ 150.000,00	R\$ 120.000,00
Ações emitidas	15.000 unidades	12.000 unidades
Reservas e lucros	R\$ 30.000,00	R\$ 12.000,00
Ativo Permanente	R\$ 140.000,00	R\$ 150.000,00
Investimentos	R\$ 72.000,00	R\$ 37.000,00
Ações do BB	R\$ 10.000,00	R\$ 6.000,00
Ações de Hepta	R\$ 52.800,00	-----

No exercício social de 2002:

- a empresa Hexa obteve lucro líquido de R\$ 50.000,00;
- a empresa Hepta obteve lucro líquido de R\$ 40.000,00;
- a empresa Hexa distribuiu dividendos de 20%; e
- a empresa Hepta distribuiu dividendos de 20%.

Com base nessas informações, ao examinarmos a escrituração da empresa Hexa, devemos encontrar um lançamento assim registrado:

- | | | | |
|----|--|-------------------------------|--------------|
| a) | Dividendos a Receber
a Ações da Empresa Hepta Comercial | vlr. dividendos a nosso favor | R\$ 3.200,00 |
| b) | Dividendos a Receber
a Receita com Dividendos | vlr. dividendos a nosso favor | R\$ 3.200,00 |
| c) | Ações da Empresa Hepta Comercial
a Dividendos a Receber | vlr. dividendos a nosso favor | R\$ 3.200,00 |
| d) | Dividendos a Receber
a Ações da Empresa Hepta Comercial | vlr. dividendos a nosso favor | R\$ 4.000,00 |
| e) | Dividendos a Receber
a Receita com Dividendos | vlr. dividendos a nosso favor | R\$ 4.000,00 |

08- A firma Rinho Ltda. apresenta as seguintes rubricas vinculadas ao resultado do exercício:

COFINS	R\$ 180,00
Custo da Mercadoria Vendida	R\$ 2.800,00
Despesas Financeiras	R\$ 600,00
ICMS s/ Vendas	R\$ 720,00
PIS s/ Faturamento	R\$ 60,00
Receita Operacional Bruta	R\$ 6.000,00
Salários e Ordenados	R\$ 1.000,00

Com base nos dados apresentados, pode-se dizer que a empresa apresenta:

- a) Receita Líquida de Vendas R\$ 5.280,00
- b) Receita Líquida de Vendas R\$ 2.240,00
- c) Lucro Operacional Bruto R\$ 5.040,00
- d) Lucro Operacional Líquido R\$ 2.240,00
- e) Lucro Operacional Líquido R\$ 640,00

09- Observemos os seguintes fatos administrativos: aluguel de R\$ 200,00 mensais que foi contratado em 30 de agosto de 2002, mas foi pago apenas até 30 de novembro do mesmo ano; compra de mercadorias por R\$ 4.000,00, tendo sido vendido no mesmo ano 40% do volume adquirido, com lucro de 15%; salário de dezembro de R\$ 500,00 com INSS de 11% dos empregados e 20% dos empregadores e FGTS de 8%.

Considerando o registro contábil correto desses eventos, podemos dizer que eles reduziram o lucro do ano de 2002 no valor de

- a) R\$ 1.000,00
- b) R\$ 1.200,00
- c) R\$ 1.255,00
- d) R\$ 1.440,00
- e) R\$ 1.680,00

10- As contas que computam os eventos de estoque, compras e vendas, tiveram o seguinte comportamento em setembro:

Vendas	R\$ 100.000,00
Compras	R\$ 60.000,00
ICMS sobre vendas	R\$ 12.000,00
ICMS sobre compras	R\$ 7.200,00
ICMS a Recolher	R\$ 4.800,00
Fretes sobre Compras	R\$ 5.000,00
Fretes sobre Vendas	R\$ 7.000,00
Estoque Inicial	R\$ 30.000,00
Estoque Final	R\$ 40.000,00

Com base nos valores dados no exemplo, o lucro bruto alcançou o valor de

- a) R\$ 45.200,00
- b) R\$ 47.400,00
- c) R\$ 52.400,00
- d) R\$ 40.200,00
- e) R\$ 33.200,00

11- Abaixo temos contas de resultado da empresa Elamex S/A.

<u>Contas</u>	<u>valor</u>
Vendas de Mercadoria para o Brasil	R\$ 200.000,00
Vendas de Mercadorias para o exterior	R\$ 100.000,00
Receitas com Prestação de Serviços	R\$ 80.000,00
Vendas Canceladas	R\$ 20.000,00
Descontos Incondicionais	R\$ 15.000,00
Imposto de Circulação de Mercadorias	R\$ 45.000,00
Imposto Sobre Serviços	R\$ 4.000,00
Receitas Financeiras	R\$ 10.000,00
Custo da Mercadoria Vendida	R\$ 120.000,00
Despesas Administrativas	R\$ 30.000,00

Segundo a legislação cabível, a COFINS deve ser calculada no fim do exercício social à alíquota de 3%. Ao ser efetuado o cálculo correto dessa contribuição, com base nos dados acima, deverá ser contabilizado a crédito de COFINS a Recolher o valor de

- a) R\$11.100,00
- b) R\$ 7.650,00
- c) R\$ 7.350,00
- d) R\$ 6.900,00
- e) R\$ 5.880,00

12- Assinale abaixo a opção que contém a afirmação correta.

- a) O lucro da pessoa jurídica será arbitrado quando o contribuinte optar indevidamente pela tributação com base no lucro presumido.
- b) Lucro presumido é uma forma simplificada de apuração da base de cálculo dos tributos com o imposto de renda e da contribuição social, aplicável a todas as pessoas jurídicas que fizerem opção para esse fim.
- c) Lucro real é o lucro líquido do período apurado na escrituração comercial, mas diferente do lucro contábil, porque é ajustado pelas adições, exclusões e compensações.
- d) Lucro arbitrado é a forma utilizada pelo fisco apenas no caso em que o contribuinte se recusar ou dificultar o acesso da autoridade fiscal à documentação comprobatória das atividades.
- e) Lucro contábil é aquele apurado na contabilidade mas que não serve de base para a tributação do imposto de renda porque é conhecido apenas como lucro escritural.

13- A empresa Comércio Losso Ltda. renovou o seu estoque de mercadorias, que estava a zero em 20 de agosto, adquirindo 100 unidades ao custo unitário de R\$ 3,80 e mais 200 unidades a R\$ 4,80, dia 29/08.

Durante o mês de setembro, a empresa vendeu: 100 unidades no dia 03; 80 unidades no dia 10; e 120 unidades no dia 25.

No mesmo mês, a empresa comprou: 50 unidades no dia 05 e mais 140 unidades no dia 15.

As aquisições de setembro foram realizadas ao custo unitário de R\$ 5,00 e não sofreram nenhuma tributação.

As vendas de setembro foram realizadas ao preço unitário de R\$ 8,00, sofrendo tributação de ICMS a 12%.

Com base, exclusivamente, nos dados apresentados, podemos dizer que o estoque de mercadorias, em 30 de setembro, terá o valor de:

- a) R\$ 660,00, se for avaliado pelo critério PEPS.
- b) R\$ 660,00, se for avaliado pelo critério UEPS.
- c) R\$ 760,00, se for avaliado pelo critério Preço Médio.
- d) R\$ 794,20, se for avaliado pelo critério Preço Médio.
- e) R\$ 950,00, se for avaliado pelo critério PEPS.

14- Assinale abaixo a opção que contém a afirmação incorreta.

- a) As obrigações em moeda estrangeira com paridade cambial deverão ser convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio do dia do balanço.
- b) O preço de mercado de bens do almoxarifado e de matérias-primas é o preço pelo qual possam ser repostos, mediante compra no mercado.
- c) Os investimentos em participação no capital de outras sociedades deverão ser avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas prováveis, se esta perda estiver comprovada como permanente.
- d) Uma provisão para ajuste ao valor de mercado deve ser feita sempre que os produtos do comércio da companhia estiverem com custo superior ao preço de mercado.
- e) O ativo diferido deverá ser avaliado pelo valor do capital aplicado, menos o saldo das contas que registram sua amortização.

15- Em primeiro de novembro a Nossa Firma adquiriu cinco conjuntos de mesas com quatro cadeiras, para pagamento em 60 dias. O preço total foi R\$ 10.000,00, sendo R\$ 1.000,00 por mesa e R\$ 250,00 por cadeira.

Segundo o costume usual os móveis brasileiros têm expectativa de vida útil de dez anos, mas o proprietário falou e disse: "vou cuidar para que a depreciação dos bens de uso seja feita em 12 anos".

A empresinha da questão usa como mobília dois dos conjuntos adquiridos e os outros três foram destinados à revenda.

No dia 31 de dezembro os bens foram inventariados com base em pesquisa válida que encontrou preço líquido de mercado de R\$ 900,00 para as mesas e de R\$ 300,00 para as cadeiras.

Com base nestes dados e informações, adotando-se os critérios legais de avaliação de ativos, podemos dizer, com certeza, que no Balanço Patrimonial os cinco conjuntos em epígrafe contribuirão com um custo de

- a) R\$ 9.620,00
- b) R\$ 9.800,00
- c) R\$ 9.820,00
- d) R\$ 10.020,00
- e) R\$ 10.500,00

16- A empresa Comércio Industrial Ltda. comprou 250 latas de tinta ao custo unitário de R\$ 120,00, tribu-
tadas com IPI de 5% e ICMS de 12%. Pagou en-
trada de 20% e aceitou duas duplicatas mensais
de igual valor.

A tinta adquirida foi contabilizada conforme sua na-
tureza contábil funcional, com a seguinte destina-
ção:

- 50 latas para consumo interno;
- 100 latas para revender; e
- 100 latas para usar como matéria-prima.

Após efetuar o competente lançamento contábil, é
correto afirmar que, com essa operação, os esto-
ques da empresa sofreram aumento no valor de

- a) R\$ 31.500,00
- b) R\$ 30.000,00
- c) R\$ 28.020,00
- d) R\$ 27.900,00
- e) R\$ 26.500,00

17- Assinale abaixo a opção que contém a asserção
verdadeira.

- a) A Nota Promissória é um título de crédito
autônomo, próprio para operações mercantis
de compra e venda entre pessoas físicas.
- b) O sacado na Nota Promissória é o credor,
enquanto que na Duplicata o sacado é o de-
vedor.
- c) A Duplicata é um título de crédito próprio para
transações financeiras, que só é emitido por
pessoas jurídicas.
- d) A Nota Promissória e a Duplicata são títulos
de crédito, sendo que na primeira o emitente
é também chamado sacado; e na segunda, o
emitente é também chamado sacador.
- e) A Triplicata é um título de crédito de emissão
obrigatória, mas apenas quando houver o
extravio da segunda Duplicata.

18- Ao examinarmos a carteira de cobrança da empresa
Gaveteiro S/A., encontramos diversas duplicatas a
receber, algumas ainda a vencer, no valor de
R\$ 120.000,00; outras já vencidas, no valor de
R\$ 112.000,00; mais algumas em fase de cobrança,
já protestadas, no valor de R\$ 111.000,00 e outras
descontadas em Bancos, no valor de R\$ 98.000,00.
Também havia uma Provisão para Créditos Incobrá-
veis com saldo credor de R\$ 4.000,00.

Pelo conhecimento que temos da empresa e de
sua carteira de cobrança, sabemos que a experi-
ência de perda com esses créditos tem sido de
cerca de 4%, sendo correto um provisionamento
deste porte.

Feitas as provisões e contabilizadas corretamente,
com base em 4% dos devedores duvidosos, é cor-
reto dizer que a Demonstração do Resultado do
Exercício conterà como despesa dessa natureza o
valor de

- a) R\$ 9.720,00
- b) R\$ 9.640,00
- c) R\$ 8.760,00
- d) R\$ 5.800,00
- e) R\$ 5.280,00

19- A máquina ALFA foi comprada por R\$ 130.000,00
em 01/10/2001 e a máquina BETA foi comprada
pelo mesmo preço, em 01/04/2002. Ambas as má-
quinas têm durabilidade igual: deverão ser usadas
durante dez anos.

O desgaste físico desses bens deverá ter contabi-
lização anual. Assim sendo, na Demonstração de
Resultado do Exercício de 2002, elaborada em
31.12.02, constarão Encargos de Depreciação no
valor de

- a) R\$ 3.250,00, referente à máquina BETA.
- b) R\$ 9.750,00, referente à máquina ALFA.
- c) R\$ 13.000,00, referente à máquina BETA.
- d) R\$ 16.250,00, referente à máquina ALFA.
- e) R\$ 22.750,00, referente a ambas as máqui-
nas.

20- Fomos chamados a calcular os dividendos a distribuir, no segundo semestre, da empresa Rentável. A empresa é uma sociedade anônima e os seus estatutos determinam que os dividendos devem ser o mínimo obrigatório de acordo com a lei, mas não estabelecem o valor percentual sobre o lucro líquido.

Os valores que encontramos para montar a base de cálculo foram: reserva estatutária de R\$ 6.500,00, participação de administradores no lucro de R\$ 7.000,00, participação de empregados no lucro de R\$ 8.000,00, Provisão para o Imposto de Renda e CSLL de R\$ 95.000,00 e lucro líquido, antes do imposto de renda, de R\$ 180.000,00. Ficamos com o encargo de calcular o valor da reserva legal e do dividendo mínimo obrigatório.

Feitos os cálculos corretamente, podemos afirmar com certeza que o dividendo será no valor de

- a) R\$ 15.000,00
- b) R\$ 16.625,00
- c) R\$ 30.000,00
- d) R\$ 33.250,00
- e) R\$ 35.000,00

DIREITO TRIBUTÁRIO E SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

- 21- O Código Tributário Nacional admite que por ato de autoridade administrativa seja suspensa a aplicação da imunidade tributária à instituição de assistência social, sem fins lucrativos, que distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título?
- A Constituição Federal veda à União conceder incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico entre as diferentes regiões do País?
 - Na iminência ou no caso de guerra externa, é vedado à União instituir impostos extraordinários não compreendidos em sua competência tributária?
- a) Sim, não, sim
b) Sim, sim, não
c) Sim, não, não
d) Não, não, sim
e) Não, sim, não

- 22- O texto abaixo sobre substituição tributária é reprodução do § 7º do art. 150 da Constituição Federal. Assinale a opção que preenche corretamente as lacunas do texto.

“ _____ [I] _____ poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de _____ [II] _____ pelo pagamento _____ [III] _____, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso _____ [IV] _____ o fato gerador presumido.”

- a) [I] A lei...[II] responsável...[III] de impostos ou contribuição...[IV] não se realize
- b) [I] A legislação tributária...[II] substituto tributário...[III] de tributos...[IV] não ocorra
- c) [I] Resolução do CONFAZ...[II] responsável...[III] do ICMS...[IV] se efetive
- d) [I] Somente lei complementar...[II] substituto tributário...[III] do ICMS...[IV] não se materialize
- e) [I] Medida Provisória...[II] substituto legal...[III] de impostos e contribuições...[IV] ocorra

- 23- Entidade fechada de previdência privada, que só confere benefícios aos seus filiados desde que eles recolham as contribuições pactuadas, goza de imunidade tributária?
- Segundo entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, filmes fotográficos destinados à composição de livros, jornais e periódicos estão abrangidos por imunidade tributária?
 - A Constituição Federal veda a instituição de contribuição social para a seguridade social sobre o lucro auferido por pessoas jurídicas, que decorra de comercialização de livros, jornais, periódicos e papel destinado a sua impressão?
- a) Não, sim, não
b) Não, não, sim
c) Não, não, não
d) Sim, sim, não
e) Sim, não, sim

- 24- Em relação à contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira (CPMF) e sua disciplina em disposição constitucional transitória, avalie o acerto das afirmações adiante e marque com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas; em seguida, marque a opção correta.

- () É vedada a incidência da CPMF sobre operações com ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial.
- () A CPMF está submetida ao princípio da anterioridade de que trata o art. 150, III, b, da Constituição Federal (vedação da cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou).
- () A CPMF não incide nos lançamentos em contas correntes de depósito especialmente abertas e exclusivamente utilizadas para operações de sociedades anônimas que tenham por objeto exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações praticadas no mercado financeiro.

- a) F, V, F
b) F, F, V
c) F, F, F
d) V, V, F
e) V, F, V

25- Avalie o acerto das afirmações adiante e marque com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas; em seguida, marque a opção correta.

- () A base de cálculo do imposto sobre a importação de produtos estrangeiros, quando a alíquota seja específica, é o preço normal que o produto, ou seu similar, alcançaria, ao tempo da importação, em uma venda em condições de livre concorrência, para entrega no porto ou lugar de entrada do produto no País.
- () É facultado ao Poder Executivo, nas condições e nos limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas ou as bases de cálculo do imposto sobre a importação de produtos estrangeiros.
- () A posse de imóvel por natureza, como definido na lei civil, localizado fora da zona urbana do Município, não constitui fato gerador do imposto sobre propriedade territorial rural.

- a) F, V, F
- b) F, F, V
- c) F, F, F
- d) V, F, V
- e) V, V, F

26- Responda com base na Constituição Federal.

- Medida Provisória publicada em 10 de dezembro de 2002 que majorou, a partir de 1º de janeiro de 2003, o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza de pessoas físicas, mas não convertida em lei até 31 de dezembro de 2002, continuou a produzir efeitos a partir de 1º de janeiro de 2003?
- É admitida a edição de medida provisória para estabelecer, em matéria de legislação tributária, normas gerais sobre a definição de base de cálculo do imposto de competência da União sobre propriedade territorial rural?
- No tocante ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), cabe à lei complementar estabelecer as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação?

- a) Não, não, não
- b) Não, sim, não
- c) Não, não, sim
- d) Sim, não, sim
- e) Sim, sim, não

27- Responda com base na Constituição Federal.

- É vedado que as contribuições sociais para a seguridade social tenham base de cálculo própria de impostos?
- Incide contribuição social para a seguridade social sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social?
- As contribuições sociais para a seguridade social sobre a folha de salários, a receita ou o faturamento de pessoas jurídicas poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica ou da utilização intensiva de mão-de-obra?

- a) Sim, não, não
- b) Sim, sim, sim
- c) Sim, sim, não
- d) Não, não, sim
- e) Não, sim, sim

28- Indique a opção que preenche corretamente as lacunas, consideradas as pertinentes disposições constitucionais.

- As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico previstas no *caput* do art. 149 da Constituição Federal _____ sobre as receitas decorrentes de exportação, _____ sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível.
- As contribuições de intervenção no domínio econômico, previstas no art. 149 da Constituição Federal, estão submetidas ao princípio da _____.

- a) incidirão / podendo incidir também / anterioridade
- b) não incidirão / mas poderão incidir / anterioridade
- c) não incidirão / mas poderão incidir / anterioridade mitigada ou nonagesimal
- d) incidirão / não podendo incidir / anterioridade
- e) não incidirão / não podendo incidir também / anterioridade mitigada ou nonagesimal

29- Indique a opção que preenche corretamente as lacunas, consideradas as pertinentes disposições do Código Tributário Nacional.

Para efeito de fato gerador e cobrança de taxa, considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado _____ nos limites da lei aplicável, com observância _____ e, tratando-se de atividade que a lei tenha como _____, sem abuso ou desvio de poder.

- a) pelo Poder Público / das disposições regulamentares aplicáveis / contrária aos bons costumes
- b) por órgão de segurança pública / das normas administrativas aplicáveis / perigosa
- c) pelo órgão competente / de procedimentos administrativos / vinculada
- d) somente por órgão de segurança pública / do devido processo legal / atentatória a direitos fundamentais
- e) pelo órgão competente / do processo legal / discricionária

30- O Supremo Tribunal Federal julgou importante questão sobre a exigibilidade da contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), pela União Federal, ao Estado do Paraná. Aponte a opção que preenche corretamente as lacunas do texto abaixo.

“... o Estado do Paraná, que, durante a vigência da Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970, _____ [I] _____, por força da Lei nº 6.278, de 23/05/1972, a contribuir para o PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO, _____ [II] _____ da contribuição, _____ [III] _____ nº 10.533, de 30/11/1993, pois, com o advento da Constituição Federal de 1988, a contribuição deixou de ser _____ [IV] _____, para ser _____ [V] _____, nos termos do art. 239.”

- a) [I] já não se comprometera... [II] não pode sofrer a incidência... [III] mesmo diante da Lei Federal... [IV] compulsória... [V] facultativa
- b) [I] se desobrigara... [II] pôde-se eximir... [III] em face de sua Lei... [IV] obrigatória... [V] voluntária
- c) [I] se prontificara... [II] tem o direito de eximir-se... [III] por meio de sua Lei... [IV] obrigatória... [V] voluntária
- d) [I] se obrigara... [II] já não poderia se eximir... [III] mediante sua Lei... [IV] facultativa... [V] obrigatória
- e) [I] se comprometera... [II] já se liberou... [III] diante da Lei... [IV] fonte de estímulo ao servidor público... [V] instrumento financiador do seguro-desemprego

31- Avalie o acerto das afirmações adiante e marque com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas; em seguida, marque a opção correta.

- () Os encargos cambiais pagos pelo importador ou dele exigíveis não se incluem na base de cálculo do imposto sobre produtos industrializados, no caso de importação de produto de procedência estrangeira.
- () A base de cálculo do imposto sobre produtos industrializados, em se tratando de produto de procedência estrangeira apreendido ou abandonado e levado a leilão, é o preço da arrematação, acrescido do valor dos demais tributos exigíveis na importação regular do produto.
- () O imposto de importação não integra a base de cálculo do imposto sobre produtos industrializados, no caso de importação de produto de procedência estrangeira.

- a) V, V, F
- b) V, F, V
- c) V, V, V
- d) F, V, F
- e) F, F, F

32- Em relação ao Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), instituído pela Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, marque a resposta correta.

- a) As atividades de arrecadação, cobrança e tributação das contribuições pagas de conformidade com o SIMPLES competem ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), quanto às contribuições para a seguridade social por ele administradas.
- b) A inscrição de pessoa jurídica no SIMPLES implica pagamento mensal unificado dos seguintes impostos e contribuições, entre outros: Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- c) Aplicam-se aos impostos e contribuições devidos pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, inscritas no SIMPLES, as normas relativas aos juros e às multas de mora e de ofício previstas para o imposto sobre produtos industrializados.

- d) As pessoas jurídicas, enquadradas na condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, que se dediquem exclusivamente às atividades de centros de formação de condutores de veículos automotores de transporte terrestre de passageiros e de carga, agências lotéricas e agências terceirizadas de correios têm permissão legal para optar pela inscrição no SIMPLES.
- e) Em regra, é vedada a inclusão, no SIMPLES, do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal (ICMS) e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), devidos por microempresa e empresa de pequeno porte.

33- Relativamente à interpretação e integração da legislação tributária, avalie o acerto das afirmações adiante e marque com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas; em seguida, marque a opção correta.

- () Interpreta-se da maneira mais favorável ao sujeito passivo a legislação tributária que disponha sobre dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.
- () Os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, bem assim para definição dos respectivos efeitos tributários.
- () Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na rigorosa ordem, a analogia, os princípios gerais de direito público, os princípios gerais de direito tributário e a equidade.

- a) F, V, F
- b) F, F, F
- c) F, F, V
- d) V, V, F
- e) V, F, V

34- Avalie o acerto das afirmações adiante e marque com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas; em seguida, marque a opção correta.

- () Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos, tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que se verificarem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios.
- () A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária.
- () Salvo disposição de lei em contrário, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, podem ser opostas à Fazenda Pública para modificar a sujeição passiva, desde que o novo sujeito passivo comunique a existência do convencionado à repartição fazendária competente antes de ocorrer o fato gerador da correspondente obrigação tributária.

- a) F, V, F
- b) F, F, V
- c) F, F, F
- d) V, V, F
- e) V, F, F

35- Responda de acordo com as pertinentes disposições do Código Tributário Nacional.

- O benefício da denúncia espontânea da infração, previsto no art. 138 do Código Tributário Nacional, é aplicável, em caso de parcelamento do débito, para efeito de excluir a responsabilidade do contribuinte pelo pagamento de multa moratória?
- O síndico de massa falida responde pessoalmente pelos créditos tributários correspondentes a obrigações tributárias que resultem de atos praticados por ele, no exercício de suas funções, com excesso de poderes ou infração de lei?
- A responsabilidade pessoal do sucessor a qualquer título e do cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo *de cujus* até a data da partilha ou adjudicação, está limitada à metade do quinhão do legado ou da meação?

- a) Não, não, sim
- b) Não, sim, não
- c) Não, sim, sim
- d) Sim, sim, não
- e) Sim, sim, sim

36- Não se admite alteração do lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo em virtude de:

- a) iniciativa de ofício da autoridade administrativa, quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação.
- b) impugnação do sujeito passivo.
- c) recurso de ofício.
- d) iniciativa de ofício da autoridade administrativa, quando se comprove que, no lançamento anterior, ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade especial.
- e) iniciativa de ofício da autoridade administrativa, quando reconhece a necessidade de apuração de fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior, no caso de estar extinto o direito da Fazenda Pública de revisar o lançamento.

37- Avalie o acerto das afirmações adiante e marque com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas; em seguida, marque a opção correta.

- () A dação em pagamento em bens móveis, a remissão, a compensação e a decadência extinguem o crédito tributário.
- () O parcelamento concedido na forma e condição estabelecidas em lei específica, o depósito do montante integral do crédito tributário, a homologação do lançamento e a concessão de medida liminar em mandado de segurança suspendem a exigibilidade do crédito tributário.
- () As disposições do Código Tributário Nacional, relativas ao parcelamento, aplicam-se, subsidiariamente, à moratória.

- a) V, V, F
- b) V, F, V
- c) V, V, V
- d) F, F, V
- e) F, F, F

38- Responda de acordo com as pertinentes disposições do Código Tributário Nacional.

- É permitido que a anistia abranja infrações cometidas posteriormente ao início da vigência da lei que a concede?
- É vedado às entidades tributantes conceder anistia e isenção que alcancem apenas determinada região do seu território, em função de condições a ela peculiares?
- O despacho da autoridade administrativa que concede isenção gera direito adquirido para o beneficiário?

- a) Não, não, sim
- b) Não, sim, não
- c) Não, não, não
- d) Sim, não, sim
- e) Sim, não, não

39- Avalie o acerto das afirmações adiante e marque com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas; em seguida, marque a opção correta.

- () Os bens do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida gravados por ônus real respondem pelo pagamento do crédito tributário da Fazenda Pública.
- () Não se presume fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa em fase de execução, na hipótese de terem sido reservados bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida em fase de execução.
- () Nenhuma sentença de julgamento de partilha ou adjudicação será proferida sem prova da quitação de todos os tributos relativos aos bens do espólio, ou às suas rendas.

- a) F, V, F
- b) F, F, V
- c) F, F, F
- d) V, V, V
- e) V, V, F

40- Avalie o acerto das afirmações adiante e marque com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas, considerada estritamente a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, que “Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências”. A seguir, marque a opção correta.

- () Cabe ao Poder Executivo disciplinar, inclusive quanto à periodicidade e aos limites de valor, os critérios segundo os quais as instituições financeiras informarão à administração tributária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, as operações financeiras efetuadas pelos usuários de seus serviços, desde que as referidas informações se restrinjam a informes relacionados com a identificação dos titulares das operações e os montantes globais mensalmente movimentados, vedada a inserção de qualquer elemento que permita identificar a sua origem ou a natureza dos gastos a partir deles efetuados.
- () Os agentes fiscais tributários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios somente poderão examinar documentos, livros e registros de instituições financeiras, referentes a contas de depósitos e aplicações financeiras mantidas por sujeitos passivos de obrigação tributária, se houver prévia autorização da autoridade judiciária competente.
- () É vedado às instituições financeiras, exceto se houver prévia autorização da autoridade judiciária competente, fornecer à Secretaria da Receita Federal as informações necessárias à identificação dos contribuintes e os valores globais das respectivas operações, no que se refere à Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF), por constituírem dados protegidos por sigilo bancário.

- a) F, F, V
- b) F, V, V
- c) F, F, F
- d) V, F, V
- e) V, V, F

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nas questões 41 e 42, assinale a opção correta.

- 41- a) A norma constitucional programática, porque somente delinea programa de ação para os poderes públicos, não é considerada norma jurídica.
- b) Chama-se norma constitucional de eficácia limitada aquela emenda à Constituição que já foi votada e aprovada no Congresso Nacional, mas ainda não entrou em vigor, por não ter sido promulgada.
- c) Somente o Supremo Tribunal Federal - STF está juridicamente autorizado para interpretar a Constituição.
- d) Da Constituição em vigor pode ser dito que corresponde ao modelo de Constituição escrita, dogmática, promulgada e rígida.
- e) Os princípios da Constituição que se classificam como cláusulas pétreas são hierarquicamente superiores às demais normas concebidas pelo poder constituinte originário.
- 42- a) Projetos de lei da iniciativa do Presidente da República não podem ser objeto de emenda parlamentar.
- b) Somente por projeto de iniciativa do Presidente da República é possível ao Congresso Nacional deliberar sobre assunto relacionado a direito tributário.
- c) O decreto legislativo somente tem vigência e eficácia depois de sancionado pelo Presidente da República.
- d) O regime de medidas provisórias, por ser uma exceção ao princípio da divisão de poderes, não pode ser adotado nos Estados-membros, por falta de explícita previsão constitucional para tanto.
- e) Na apreciação de projeto de lei delegada pelo Congresso Nacional, não se admitem emendas parlamentares.
- 43- Constitui instrumento típico do controle abstrato de constitucionalidade de leis e atos normativos:
- a) A ação direta de inconstitucionalidade
- b) O recurso extraordinário
- c) A ação cível originária
- d) O *habeas data*
- e) O mandado de segurança

44- Considere que o STF tenha julgado procedente certa ação declaratória de constitucionalidade. Sabendo disso, é possível afirmar que:

- a) Essa ação pode ter sido proposta por um Governador de Estado.
- b) Não há impedimento jurídico a que a mesma lei, objeto da ação, venha a ser tida como inconstitucional por outro tribunal.
- c) Tratava-se de uma lei ou ato normativo federal.
- d) Essa ação pode ter sido proposta por partido político com representação no Congresso Nacional.
- e) Essa lei não pode mais ser revogada enquanto a Constituição estiver em vigor.

Nas questões 45 a 47, assinale a opção correta.

- 45- a) O Senado Federal deve suspender a execução das leis declaradas inconstitucionais pelo STF em ação direta de inconstitucionalidade.
- b) A Receita Federal não pode, juridicamente, dar execução a uma lei que tenha sido julgada inconstitucional pelo STF em sede de ação declaratória de constitucionalidade, mesmo não tendo sido a União parte em tal feito.
- c) Diante da omissão do Legislativo em editar leis que sejam necessárias para que o cidadão goze efetivamente dos direitos fundamentais dispostos na Constituição Federal, o STF pode, provocado por ação direta de inconstitucionalidade por omissão, criar, ele próprio, as normas faltantes.
- d) Depois de cinco anos de vigência de uma lei, ela não mais pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade.
- e) Cabe ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em controle abstrato, a constitucionalidade das leis estaduais em face da Constituição dos Estados e da Constituição Federal.

- 46- a) Estrangeiros não podem exercer cargos públicos no Brasil.
- b) Qualquer cargo público pode vir a ser declarado por lei como de livre nomeação e exoneração e, em consequência, o seu provimento não dependerá de prévia aprovação em concurso público.
- c) Os servidores públicos não podem exercer o direito de greve, enquanto esse direito não for regulado por lei.
- d) Nada impede que, por economia legislativa, a lei estabeleça que a remuneração dos integrantes de uma certa carreira será sempre igual à remuneração dos integrantes de outra carreira, expressamente nominada pelo legislador.
- e) Quando o legislador cria gratificação para apenas um segmento do funcionalismo, deixando de estendê-la arbitrariamente a outro segmento, o Judiciário pode, diante da inconstitucionalidade por omissão, determinar que o segmento preterido também receba a vantagem.
- 47- a) O desrespeito por um dos Municípios existentes hoje no país de um princípio constitucional sensível da Constituição Federal enseja intervenção federal.
- b) Desrespeito por qualquer pessoa jurídica de direito público que forma a República Federativa do Brasil de uma decisão do Supremo Tribunal Federal enseja intervenção federal.
- c) Apenas o Supremo Tribunal Federal pode requisitar intervenção federal ao Presidente da República.
- d) O Estado-membro não pode realizar intervenção em Município, mesmo que situado no seu território.
- e) O Estado-membro que não assegura os direitos da pessoa humana expõe-se à intervenção federal.
- 48- Assinale a assertiva falsa.
- a) Emenda à Constituição não pode estabelecer o voto indireto para a eleição de prefeitos.
- b) A Constituição prevê expressamente a iniciativa popular para a emenda do Texto Magno.
- c) Emenda à Constituição não pode admitir a pena de morte para crimes hediondos.
- d) A matéria constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- e) Enquanto a União estiver realizando intervenção federal em qualquer Estado-membro da Federação, a Constituição não pode ser emendada.
- 49- Assinale a opção em que consta matéria de regulação não vedada por meio de medida provisória.
- a) Aumento de alíquota de imposto.
- b) Matéria de Direito Penal relativa à criação de hipótese de extinção da punibilidade.
- c) Instituição de prazo mais dilatado para recursos em processos civis quando a parte for pessoa jurídica de direito público.
- d) Estabelecimento de causas de perda da nacionalidade brasileira.
- e) Organização do Ministério Público da União.
- 50- Sobre as medidas provisórias, assinale a opção correta.
- a) Nenhuma medida provisória pode ter vigência por prazo superior a 120 dias corridos.
- b) Se o Congresso Nacional não aprecia a medida provisória no prazo constitucional, ela perde eficácia desde a edição e o Congresso Nacional deverá editar lei, sujeita a sanção ou veto do Presidente da República, para disciplinar as relações jurídicas formadas durante a sua vigência.
- c) A medida provisória que perdeu eficácia por decurso de prazo pode ser reeditada pelo Presidente da República, mas este não pode, em tempo algum, reeditar a medida provisória que foi rejeitada pelo Congresso Nacional.
- d) Mesmo que rejeitada a medida provisória pelo Congresso Nacional, há caso em que as relações jurídicas decorrentes de atos praticados durante a sua vigência conservam-se regidas por essa mesma medida provisória.
- e) De acordo com a atual disciplina constitucional do tema, uma medida provisória não pode revogar outra medida provisória que ainda esteja pendente de apreciação pelo Congresso Nacional.

DIREITO ADMINISTRATIVO

- 51- O estudo do regime jurídico-administrativo tem em Celso Antônio Bandeira de Mello o seu principal autor e formulador. Para o citado jurista, o regime jurídico-administrativo é construído, fundamentalmente, sobre dois princípios básicos, dos quais os demais decorrem. Para ele, estes princípios são:
- indisponibilidade do interesse público pela Administração e supremacia do interesse público sobre o particular.
 - legalidade e supremacia do interesse público.
 - igualdade dos administrados em face da Administração e controle jurisdicional dos atos administrativos.
 - obrigatoriedade do desempenho da atividade pública e finalidade pública dos atos da Administração.
 - legalidade e finalidade.
- 52- Não há previsão legal para a celebração de contrato de gestão entre a pessoa jurídica de direito público política e a seguinte espécie:
- órgão público
 - organização social
 - agência executiva
 - organização da sociedade civil de interesse público
 - sociedade de economia mista
- 53- A Constituição Federal prevê a edição do estatuto jurídico da empresa pública e da sociedade de economia mista que explorem atividade econômica. No conteúdo da referida norma jurídica, conforme o texto constitucional, não está previsto sobre:
- licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da administração pública.
 - constituição e o funcionamento dos conselhos de administração e fiscal, com a participação dos acionistas minoritários.
 - a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários.
 - sua função social e formas de fiscalização pelo Estado e pela sociedade.
 - forma de distribuição de seus resultados, inclusive para os acionistas minoritários.
- 54- Tratando-se de poder de polícia, sabe-se que podem ocorrer excessos na sua execução material, por meio de intensidade da medida maior que a necessária para a compulsão do obrigado ou pela extensão da medida ser maior que a necessária para a obtenção dos resultados licitamente desejados. Para limitar tais excessos, impõe-se observar, especialmente, o seguinte princípio:
- legalidade
 - finalidade
 - proporcionalidade
 - moralidade
 - contraditório
- 55- Conforme a doutrina, o ato administrativo, quando concluído seu ciclo de formação e estando adequado aos requisitos de legitimidade, ainda não se encontra disponível para eclosão de seus efeitos típicos, por depender de um termo inicial ou de uma condição suspensiva, ou autorização, aprovação ou homologação, a serem manifestados por uma autoridade controladora, classifica-se como:
- perfeito, válido e eficaz
 - perfeito, válido e ineficaz
 - perfeito, inválido e eficaz
 - perfeito, inválido e ineficaz
 - imperfeito, inválido e ineficaz
- 56- O denominado poder extroverso do Estado ampara o seguinte atributo do ato administrativo:
- imperatividade
 - presunção de legitimidade
 - exigibilidade
 - tipicidade
 - executoriedade

57- No julgamento das propostas de licitação para concessão de serviço público, nos termos da Lei Federal nº 8.987/95, não se pode adotar o seguinte critério:

- a) menor valor da tarifa do serviço público a ser prestado.
- b) melhor proposta técnica, com preço fixado no edital.
- c) maior oferta, nos casos de pagamento ao poder concedente pela outorga da concessão.
- d) menor valor da tarifa do serviço público a ser prestado após qualificação de propostas técnicas.
- e) melhor proposta, em razão da combinação dos critérios de maior oferta pela outorga da concessão com o de melhor técnica.

58- A declaração de desnecessidade de cargo público, prevista no parágrafo 3º do artigo 41 da Constituição Federal, implica:

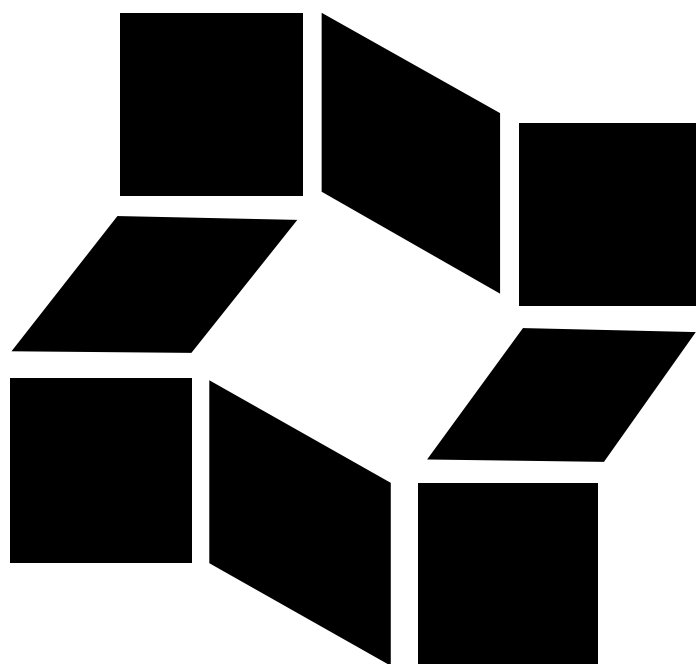
- a) disponibilidade do servidor, estável ou não.
- b) demissão do servidor não estável.
- c) disponibilidade remunerada proporcionalmente ao tempo de contribuição.
- d) extinção do cargo público.
- e) eventual aproveitamento do servidor colocado em disponibilidade em outro cargo.

59- Em caso de responsabilidade civil do Estado, a divergência sobre a inserção do agente público causador do dano a terceiros, em caso de culpa, na ação judicial, em relação à Fazenda Pública, foi dirimida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União, na esfera federal. Pela regra positiva, será caso de:

- a) ação regressiva ou litisconsórcio
- b) ação regressiva ou denúncia à lide
- c) somente ação regressiva
- d) litisconsórcio ou denúncia à lide
- e) somente denúncia à lide

60- Entre os meios de controle da Administração Pública, destaca-se o controle jurisdicional. O controle em tese de atos legislativos pode se dar mediante ação direta de inconstitucionalidade. Não se legitima para propor esta ação:

- a) o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- b) partido político regularmente constituído.
- c) confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- d) o Governador de Estado.
- e) a Mesa de Assembléia Legislativa.



ESAF